

# Planalto mapeia dissidentes e ameaça retaliar

Dida Sampaio/AE-5/2/2001

*Governo tenta mostrar a parlamentares que criação da CPI pode ter custo elevado*

CHRISTIANE SAMARCO e  
EUGÊNIA LOPES

**B**RASÍLIA – O governo encerra a semana recorrendo a velhas práticas para evitar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a apurar denúncias de corrupção no País. Aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso já começaram a fazer um levantamento para mostrar aos dissidentes da base governista quanto está em jogo em liberação de verbas das emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento deste ano. Além disso, Fernando Henrique também está disposto a fazer uma degola nos apadrinhados políticos de parlamentares que assinarem o pedido de CPI.

“É natural que os parlamentares que deixam de ser governistas e passem a ser dissidentes sejam tratados como oposição”, sustentou ontem o líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA). “Mas não recebi nenhuma orientação de retaliar os deputados que assinarem o requerimento”, observou. Em sua avaliação, a dissidência no PMDB deverá ficar restrita aos 12 deputados do partidos que apoiaram o pedido de CPI. Ao todo, o PMDB conta hoje com 95 deputados e, historicamente, cerca de 20 representam uma ala dissidente no partido, que sempre vota contra o governo.

Encarregado de recolher as assinaturas de apoio à criação da CPI, o líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (SP), garantiu que o requerimento pará a criação



Geddel: “Não recebi nenhuma orientação para retaliação”

da comissão tinha, até ontem, o apoio de 141 deputados. São necessárias, no mínimo, 171 assinaturas. Os deputados ligados ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que apóia a comissão, não haviam apoiado o requerimento da CPI. Dos 18 pefelistas baianos, apenas o deputado Paulo Magalhães (PFL-BA), sobrinho de ACM, assinou o pedido. “A bancada carlista está preocupada em manter os cargos”, atacou Pinheiro.

**Afilhados políticos** – Os aliados de ACM têm afilhados políticos mais de 40 cargos federais. Um deles, ex-ministro da Previdência e senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), tem 11 apadrinhados em cargos, na Bahia, do Instituto Nacional do Seguro Social –

nove gerências e o superintendente do INSS em Salvador, Ana Neri Reis Nogueira – e do Sebrae. Na quinta-feira à noite, Ornélas chegou a confidenciar a amigos que estava se sentindo constrangido em assinar o requerimento da CPI, depois de ter participado do governo de Fernando Henrique por quase três anos. Alegou que pretendia dar “um voto de confiança” ao governo, antes de tomar sua decisão. Mas ontem, o ex-ministro garantiu que irá assinar o pedido para a abertura da CPI. “E não adianta o presidente Fernando Henrique me ligar e pedir para eu não assinar”, afirmou.

O senador Paulo Souto (PFL-BA), outro aliado de ACM, já avisou que não pretende apoiar a CPI. Souto tem apenas um indicado para cargo federal: Humberto Costa, presidente da Companhia Brasileira de Recursos Minerais (CPRM), mas está estremecido com ACM e pode, inclusive, deixar o PFL.

Até ontem, 22 senadores tinham assinado oficialmente o requerimento para a abertura da CPI. No Senado, são necessárias, no mínimo, 27 assinaturas. Além dos 16 senadores de oposição, de ACM e do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), quatro senadores do PMDB assinaram o requerimento. Mas outros três peemedebistas – os senadores Amir Lando (RO), José Alencar (MG) e Ronaldo Cunha Lima (PB) – avisaram que vão apoiar o pedido. Com isso, o requerimento no Senado terá 25 assinaturas.

Com a movimentação do Palácio do Planalto para tentar impedir a CPI, os líderes governistas estão mais confiantes. Mas, mesmo que a oposição obtenha as assinaturas necessárias, os aliados vão tentar impedir a instalação da

CPI com o argumento de que o requerimento é vago. Este seria o caso, por exemplo, do ex-secretário geral da presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira que, no pedido, é apontado apenas como uso de tráfico de influência, sem maiores detalhes. “Essa CPI é inconstitucional porque não traz fato determinado”, argumentou o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP). “E vários fatos que estão lis-

tados já estão sendo apurados pelo Ministério Público.”

**Dissidentes** – O senador Amir Lando (PMDB-RO), disse ontem na capital de Rondônia que deve assinar o requerimento para instalação da CPI da Corrupção e que só não o fez antes por que aguardava uma posição da liderança de seu partido, que ficou clara pela atitude de Jader ao assinar o requerimento.

Lando, entretanto, faz uma advertência ao requerimento que, na sua avaliação, deveria restringir o espectro da ação da CPI, investigando as denúncias mais recen-

tes e outros casos com CPIs mais específicas. “Não se pode falar de água, óleo e carvão ao mesmo tempo e a verdade tem de ser o limite”, disse.

O senador retorna na segunda-feira a Brasília. Entre hoje e amanhã, ele deverá procurar Jader e o líder do PMDB no Senado Renan Calheiros (PMDB-AL) para fazer algumas observações sobre a CPI. “A primeira delas é evitar que se torne uma farsa. Eu sai de uma comissão, da sub-comissão da CPI do Judiciário exatamente por esse motivo”, afirmou. **(Colaboraram Tânia Monteiro e Yodon Guedes, AE)**

**MAIS TRÊS  
AVISAM QUE  
VÃO ASSINAR  
PETIÇÃO**